

-----Ata número dois de dois mil e vinte e seis-----

-----Ao décimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e vinte seis, reuniu a Assembleia Municipal de Mesão Frio, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mesão Frio, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Período antes da ordem do dia;-----
2. Período ordem do dia;-----
 - a) Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);-----
 - b) Apreciação e votação da Proposta de Recomendação de atribuição da denominação oficial ‘Biblioteca Municipal Dr. Marco Teixeira da Silva’ ao atual edifício da Biblioteca Municipal;-----
 - c) Proposta de aprovação do Regulamento ‘A Chamada Amiga’;-----
 - d) Proposta de aprovação do Regulamento ‘Linha Aberta’;-----
 - e) 6.ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2026 – Proposta de Aprovação;-----
 - f) Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal em 29 de dezembro de 2025, nos termos do n.º 5 artigo 23.º, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026 – Tomar Conhecimento;-----
 - g) Prestação de Contas do Exercício de 2025, com inclusão do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município de Mesão Frio e Respetiva Avaliação assim como a Aplicação do Resultado Líquido do Exercício - Proposta de Aprovação;--
 - h) Informação Semestral sobre a Situação Económica, Financeira e Orçamental - 2.º Semestre de 2025 – Tomar conhecimento;-----
 - i) Acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com a prestação do serviço público de transporte de passageiros na Região do Douro:-----
 - i.1) Reprogramação financeira do Procedimento Concursal do Serviço Público de Transporte de Passageiros da CIM Douro, no que respeita à participação do Município de Mesão Frio - Proposta de aprovação;-----
 - i.2) Reprogramação financeira do Procedimento Concursal do Serviço Público de Transporte de Passageiros da CIM Douro, no que respeita à participação do Município de

Mesão Frio - Repartição de Encargos e Compromissos Plurianuais nos anos económicos 2026 a 2031 - Proposta de aprovação;-----

j) Alteração/atualização do Regimento da Assembleia Municipal – Proposta de Aprovação;-----

3. Período aberto ao público-----

-----Presentes os senhores, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a sessão às catorze horas e trinta e três minutos, a Primeira Secretária, Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa, a Segunda Secretária, Andreia Sofia Santos Mota, (em substituição do Segundo Secretário Luís Miguel Silva Marques), Jorge Filipe Portela, Mónica Sofia Pereira Leite Monteiro, (em substituição do membro Marco António Gonçalves Teixeira), Pedro Miguel de Castro Alves Monteiro, (em substituição do membro Luís Miguel Silva Marques), João Miguel Mansilha Correia, Carlos Alexandre Dias Pereira (em substituição do membro Joana Monteiro Pires de Lima), Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, José Manuel de Oliveira Marante, José Ângelo Pinto Vieira e Pedro Miguel Alves Poças (PS), Hélder Manuel Gomes Ferreira, Carlos Miguel Freitas Ferreira, Lisa Maria de Oliveira Martins, Paula Cristina Alves Teixeira da Costa, Igor Marcos Farinha Miranda Ferreira, Tiago Miguel Rodrigues Alves e Márcio Joel Pereira Ribeiro (PPD/PSD).-----

Estiveram presentes os senhores, Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva, Presidente da Câmara Municipal, Manuel Fernando Mesquita Correia e Sandra Cristina Barbosa Ferreira, Vereadores do PS, e Mário Luís Mendes de Sousa Pinto, Vereador do PPD/PSD.

FALTAS JUSTIFICADAS: Joana Monteiro Pires de Lima, Marco António Gonçalves Teixeira, Luís Miguel Silva Marques, (PS); Eurico José Coutinho Proença Guedes Rodrigues, (PPD/PSD) e Diogo Miguel Figueiredo Rocha, Vereador do PPD/PSD.-----

1. Período antes da ordem do dia:-----

-----Iniciada a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes e informou da impossibilidade de comparência do Segundo Secretário da Mesa, Luís Miguel Silva Marques (PS), que apresentou a respetiva justificação, designando para o substituir nestas funções, a Deputada Andreia Sofia Santos Mota (PS), ao abrigo do artigo do n.º 3 do artigo 10.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mesão Frio. Informou também que recebeu idêntica comunicação dos membros Joana Monteiro Pires de Lima, Marco António Gonçalves Teixeira, Luís Miguel Silva Marques, (PS); Eurico José Coutinho Proença Guedes Rodrigues e Diogo Miguel Figueiredo Rocha, Vereador do PPD/PSD, dando conta da impossibilidade de estarem presentes.----

-----De seguida, O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade dos membros que marcaram presença na mesma.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, relativamente à correspondência recebida, lhe foi remetido um pedido de informação subscrito pelo líder da Bancada Parlamentar do PPD/PSD, Hélder Ferreira, relativo ao CLDS 5G, e que a resposta por parte da Coordenadora do projeto já lhe tinha sido facultada, porém, quando a examinou, verificou que alguns dados se encontravam em falta, tendo, então, insistido no sentido de lhe fazerem chegar toda a informação solicitada, após o que a remeteria ao requerente, o que admitia poder ocorrer na próxima semana. De seguida deu conta de que rececionou uma notificação do Ministério Público do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, relativamente a uma participação apresentada pelo membro Hélder Ferreira, para, querendo, responder. Explicou que aquilo que está em discussão é o assunto que foi abordado extensivamente antes e no decurso da anterior sessão da Assembleia Municipal, designadamente a pretensa ilegalidade da convocatória que foi expedida e informou que o procedimento está em curso. Deu conta também de que foi rececionado um pedido por parte da Senhora Vereadora para a Ação Social e em nome do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para serem retiradas da ordem de trabalhos as propostas de aprovação dos regulamentos «Chamada Amiga» e «Linha Aberta» constantes nas alíneas c) e d) do ponto dois da ordem de trabalhos. Mencionou que a Mesa da Assembleia Municipal rececionou também um conjunto de considerações subscritas pelo líder da Bancada Parlamentar do PPD/PSD, em que invocou algumas circunstâncias que, segundo o mesmo, deveriam obstaculizar a discussão e a aprovação dos referidos regulamentos. Desta feita, dado o pedido agora formalizado pela Câmara Municipal, ficou prejudicado o conhecimento deste último requerimento, porque o que estará em causa, no essencial, é a necessidade de se proceder previamente à consulta pública dos projetos dos regulamentos, e todas as questões que possam ser oferecidas para os melhorar, poderão ter lugar nessa fase processual. Acrescentou que a Câmara Municipal apreciará todos os contributos que venham a ser apresentados e remeterá oportunamente os regulamentos à Assembleia Municipal, para a competente deliberação.-----

-----Mais informou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que recebeu um requerimento subscrito pelo líder da Bancada Parlamentar do PPPD/PSD, insistindo na remoção dos dados pessoais constantes da ata da tomada de posse. Acrescentou que, na altura, deu instruções nesse sentido, mas não chegou a verificar se a situação tinha sido

regularizada. Informou, contudo, que, neste momento, a situação já se encontra devidamente resolvida.-----

-----Relativamente à exposição apresentada sobre o projeto de Regimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, atendendo à posição assumida pela Bancada Parlamentar do PPD/PSD a poucos dias da reunião, não teve a oportunidade de reunir com a Mesa, sendo essa uma competência da mesma. Propôs novamente a retirada da ordem de trabalhos e referiu que, posteriormente, reunirá com a Mesa. Acrescentou que, se necessário, convocará, uma reunião informal com os líderes das Bancadas Parlamentares com vista à introdução, se possível, das alterações ou aditamentos sugeridos. Por fim, deu conhecimento da programação das comemorações do 25 de Abril em Mesão Frio, convidando todos os presentes a participar, e referiu que já haviam sido enviados os respetivos convites.-----

-----O membro Hélder Ferreira (PPD/PSD), no uso da palavra, questionou a noção de “urgência” atribuída ao procedimento concursal para dois Técnicos Superiores de Desporto, deliberado em 7 de maio de 2025, referindo que o processo tem decorrido com morosidade, designadamente no que respeita à constituição do júri e à publicitação da oferta na Bolsa de Emprego Público. Mencionou ainda que, apesar de se tratar de um concurso considerado essencial para o funcionamento das piscinas municipais, persistem dificuldades na sua gestão, com reflexos no funcionamento e horários das mesmas, bem como na suspensão das atividades. Manifestou preocupação quanto à falta de planeamento e transparência no processo, questionando ainda a existência de coincidências no desfecho do concurso, embora sem colocar em causa o mérito dos candidatos. Questionou em que moldes se pretende proceder à abertura das Piscinas Municipais Descobertas este verão e qual o plano B, criticando a eventual atribuição de responsabilidades à burocracia por falhas de planeamento. Referiu, por fim, a suspensão das aulas de dança, comunicada aos pais por carta, da Chefe de Divisão, considerando-a um reflexo das dificuldades existentes na gestão dos serviços. Disse ainda que no capítulo da habitação a gestão não é apenas amadora, é eticamente desoladora e administrativamente temerária. Acusou o Executivo Municipal de ter encenado uma falsa promessa de dignidade habitacional durante a campanha eleitoral, alegando que a situação real desmente completamente o discurso político apresentado. Segundo ele, apesar de terem sido anunciadas obras como praticamente prontas, dependendo apenas de financiamento, os documentos oficiais de dezembro de 2025 mostram que não há datas para início ou fim das obras, nem contratos assinados. Apontou ainda que as candidaturas

submetidas ao IHRU em março de 2024 continuam sem avanços visíveis, e criticou o facto de já existir, desde janeiro de 2023, um alerta do IHRU a pedir rapidez e apoio ao processo, que terá sido ignorado. Concluiu que houve uma manipulação de expectativas, privilegiando o impacto político em vez da resolução efetiva dos problemas habitacionais. O membro Hélder Ferreira apontou ainda incoerências na segurança rodoviária, alegando que foi instalada uma lombagem ilegal em Vila Marim enquanto outras zonas, como Barqueiros, continuam sem proteção. Criticou também a gestão do Rali de Mesão Frio, defendendo que a sua não realização não se deveu ao mau tempo, mas sim a decisões anteriores e a prioridades erradas, como gastos elevados numa Festa Branca. Acusa ainda o Executivo de má gestão financeira, referindo prejuízos elevados e falta de liquidez, o que terá contribuído para o fim do rali. No geral, denunciou propaganda política, falta de planeamento e desrespeito pelas necessidades da população. Concluiu com um aviso de que poderá haver consequências jurídicas e financeiras para os responsáveis, exigindo uma governação mais séria e focada no interesse público.-----

-----O membro Igor Ferreira (PPD-PSD), no uso da palavra, referiu que os problemas atualmente enfrentados não se prendem com erros de execução ou de natureza financeira, mas antes com questões de funcionamento, respeito institucional e falta de transparência. Salientou que, ao longo da sessão, voltou a verificar-se a apresentação de documentação excessiva, desorganizada e pouco clara, dificultando a análise e o escrutínio por parte dos Deputados. Criticou ainda o facto de os relatórios financeiros serem apresentados sem uma síntese executiva, o que, no seu entendimento, constitui um obstáculo à fiscalização democrática, em vez de contribuir para o rigor técnico. Acrescentou que os documentos apresentados não fazem referência objetiva aos pontos da ordem de trabalhos, tornando o processo de análise mais complexo e menos eficaz. O membro considerou igualmente inaceitável que as sessões da Assembleia Municipal decorram em horário laboral, por considerar que tal prática condiciona ou impede a participação dos cidadãos, afastando-os da vida democrática. Por fim, defendeu como necessária e urgente a criação de uma plataforma digital da Assembleia Municipal, com vista ao reforço da transparência, do acesso à informação e da participação cívica.-----

-----De seguida, usou da palavra O membro Jorge Portela (PS), para manifestar o seu desagrado relativamente ao conteúdo publicado na página do PPD/PSD Mesão Frio acerca da sessão da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro. Referiu que a utilização de diferentes espaços municipais para a realização das reuniões das Assembleias, por razões logísticas, não coloca em causa a dignidade institucional da Assembleia, considerando

antes que a manipulação desses factos constitui uma tentativa de construção de narrativas políticas sem fundamento. Quanto ao horário das sessões, salientou que não existe uma solução perfeita, defendendo que a participação na vida democrática exige responsabilidade e disponibilidade, sendo legalmente prevista a justificação de faltas em horário laboral no exercício de funções autárquicas. Acrescentou ainda que, à semelhança de outros concelhos da região, as Assembleias Municipais decorrem em horários diversos, ajustados às realidades locais. Considerou particularmente grave a Bancada Parlamentar PPD/PSD colocar em causa a independência de eleitos com base na sua profissão, entendendo tratar-se de um ataque ao princípio da igualdade e da legitimidade dos eleitos em democracia, bem como uma forma de descredibilização das instituições. Afirmou que este tipo de discurso contribui para a erosão da confiança nas instituições democráticas, defendendo a necessidade de maior responsabilidade, elevação e respeito no debate político. Por fim, abordou a questão das acessibilidades, criticando a ausência de concretização de projetos estruturantes, nomeadamente o troço Amarante-Régua do IC26, apesar de sucessivos estudos e anúncios. Apelou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que assuma esta matéria como prioridade e questione o Governo sobre eventuais apoios financeiros destinados a mitigar os impactos das intempéries recentes, tanto em infraestruturas públicas como em particulares afetados.-----

-----O membro Tiago Alves (PPD/PSD) usou da palavra para manifestar o seu desagrado relativamente ao horário em que têm sido agendadas as últimas sessões da Assembleia Municipal, considerando que tal opção tem impedido a participação de vários membros e munícipes, condicionando o exercício do mandato e a participação democrática. Referiu que, apesar de não ter estado presente numa sessão anterior por motivos profissionais, passará a assegurar a sua presença em futuras reuniões, independentemente do horário, salvo situações excecionais. Criticou ainda o que entende ser uma opção que favorece a redução da participação pública e do escrutínio democrático. Numa segunda parte da intervenção, reportou-se a declarações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara numa sessão anterior, esclarecendo o seu percurso enquanto membro da Assembleia Municipal entre 2017 e 2021, período em que exerceu funções. O membro abordou igualmente o percurso do atual Presidente da Câmara enquanto vice-presidente em mandatos anteriores, questionando a sua atuação durante esse período e as declarações entretanto proferidas sobre o funcionamento do Executivo à época.-----

-----No uso da palavra, o membro Carlos Ferreira (PSD) criticou a atuação do Executivo da Câmara Municipal de Mesão Frio, considerando que a mesma tem vindo a revelar falta

de abertura ao diálogo, ao contraditório e ao envolvimento dos restantes eleitos. Referiu existir uma postura que desrespeita o papel da Assembleia Municipal e dos seus membros, bem como da população que representam, salientando que as decisões têm sido apresentadas de forma fechada e sem a devida transparência. Sublinhou que a legitimidade conferida pelas eleições implica responsabilidade, nomeadamente na promoção do diálogo institucional, do respeito pelas diferentes posições e na procura de soluções em cooperação. Concluiu defendendo a necessidade de maior respeito, transparência e disponibilidade por parte do executivo para trabalhar de forma articulada com todos os órgãos e eleitos.-----

-----De seguida, usou da palavra o membro Jorge Portela (PS), que, em nome da bancada do PS, apresentou a proposta de Recomendação anexa à presente ata, de atribuição do nome Prof. Marco Silva ao Centro Escolar de Mesão Frio, alegando no essencial que, embora reconhecendo a proposta apresentada pela Bancada do PSD relativa à denominação da Biblioteca Municipal, o PS já havia assumido publicamente, no respetivo manifesto eleitoral, o compromisso de atribuir à Biblioteca Municipal o nome da escritora Graça Pina de Morais. Sublinhou ainda que o legado do Dr. Marco Teixeira da Silva se destacou sobretudo na área da educação, em especial no pré-escolar e no 1.º ciclo do Ensino Básico, através da implementação de diversas medidas de apoio às crianças, às famílias e às escolas do concelho, designadamente ao nível do transporte escolar, ação social escolar, melhoria das condições das salas de aula, reforço do pessoal auxiliar e criação do programa de férias desportivas. Referiu também que a atribuição do seu nome ao Centro Escolar de Mesão Frio constitui uma forma de reconhecer o seu percurso enquanto docente e autarca, bem como o contributo dado para a valorização da educação e para o desenvolvimento das políticas educativas no concelho. -----

-----No uso da palavra, o membro Márcio Ribeiro (PSD) referiu as dificuldades sentidas pela freguesia de Vila Marim, da qual é Presidente da Junta, salientando, contudo, que o Presidente da Câmara tem demonstrado sensibilidade e atenção perante essas necessidades. Acrescentou que efetuou uma análise exaustiva às necessidades da freguesia, destacando, entre outras situações, a existência de um muro na Travessa do Miradouro com graves problemas estruturais e em risco iminente de derrocada, tendo solicitado a intervenção da Câmara Municipal para a resolução do problema. Deu ainda conta das queixas apresentadas por alguns fregueses relativamente à presença de parasitas no polidesportivo, tendo solicitado a intervenção da Câmara Municipal para averiguação e resolução da situação. Referiu ainda a situação do parque de merendas do Lugar dos

Quintos, considerando que o espaço se encontra atualmente subaproveitado. Informou que a Junta de Freguesia pretende realizar investimentos de valorização e embelezamento do local, de forma a torná-lo mais atrativo e acolhedor para a população, salientando, contudo, que a presença diária de veículos estacionados no espaço tem impedido a concretização desse objetivo. -----

-----No uso da palavra, o membro Adalberto Sampaio (PS) agradeceu à Câmara Municipal pela prontidão e eficácia das intervenções realizadas na sequência das intempéries, salientando que, passado algum tempo, os caminhos já se encontram limpos e em condições de circulação. Dirigiu igualmente um agradecimento aos trabalhadores da Câmara Municipal pelo empenho e dedicação demonstrados, referindo as muitas horas de trabalho prestadas, frequentemente em prejuízo do tempo junto das suas famílias. Estendeu ainda o reconhecimento aos Presidentes das Juntas de Freguesia, referindo ter conhecimento de que todos estiveram presentes no terreno, bem como a todas as pessoas que colaboraram e participaram nos trabalhos de coordenação e apoio durante esse período. Relativamente à construção do IC26, reforçou a necessidade de serem prestados esclarecimentos quanto à exclusão de Mesão Frio da referida ligação. Reiterou, igualmente, o pedido de intervenção da Câmara Municipal, na via de acesso ao Lugar do Sobreiro, na freguesia de Cidadelhe. Referindo-se à realização do rali, afirmou apreciar a modalidade, mas salientou que, nas atuais circunstâncias, deve prevalecer a segurança das pessoas. Considerou que o estado em que se encontra o piso da estrada impossibilita a passagem da prova pela freguesia de Cidadelhe, razão pela qual manifestou concordância com o cancelamento do rali deste ano. Sublinhou que a proteção da vida humana deve constituir a principal prioridade, manifestando apoio, enquanto autarca, à decisão tomada, na expectativa de que, futuramente, com melhores condições das vias de acesso, a prova possa voltar a realizar-se em segurança.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que, no que respeita ao atendimento e à auscultação dos munícipes, o seu gabinete não dispõe de um horário limitado de atendimento, afirmando que atende todos os munícipes e colaboradores entre as 09h00 e as 17h00, prolongando-se esse contacto, quando necessário, para além desse horário, incluindo no domicílio. Acrescentou que todas as pessoas que se dirigem aos serviços municipais são atendidas, não ficando qualquer munícipe sem resposta, referindo ainda que tal realidade é testemunhada diariamente por várias pessoas. Referindo-se ao novo horário da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou ser-lhe indiferente, acrescentando que, numa

das mais recentes sessões da Assembleia Municipal, os trabalhos apenas terminaram por volta das 04h00 da madrugada. Acrescentou ainda que a alteração do horário permitirá que os trabalhos decorram de forma mais organizada e que não se prolonguem até horas tão tardias, passando a terminar em horários mais adequados e razoáveis. Acrescentou que, na maioria dos municípios, este tipo de sessões decorre em horário laboral, referindo ainda que a legislação assegura a proteção dos membros da Assembleia Municipal, designadamente através da dispensa necessária para o exercício das suas funções. Em resposta ao membro Márcio Ribeiro (PSD), o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que não faz nem fará qualquer distinção entre freguesias, sublinhando que a Câmara Municipal mantém uma postura de apoio equitativo a todo o território concelhio. Acrescentou que a freguesia de Vila Marim apresenta dificuldades acrescidas de orçamento, reiterando, contudo, que o Executivo Municipal estará sempre disponível para apoiar no âmbito das suas competências. Deu como exemplo duas obras em Vila Marim e duas em Oliveira, cujo investimento global ascende a cerca de quatrocentos mil euros, referindo que, quer com apoio do Estado, quer sem ele, o Município terá de as executar. Relativamente ao Polidesportivo de Vila Marim, referiu que a situação já se arrasta há algum tempo, no que respeita à necessidade de reequipamento do espaço. Acrescentou que se encontra a ser analisada a possibilidade de instalação de um edifício pré-fabricado, por forma a substituir o atual barracão de madeira existente no local, que custará à Câmara Municipal cerca de 60 mil euros. Acerca do parque de merendas do lugar dos Quintos, colocou a hipótese de a Câmara Municipal colocar um sinal de estacionamento proibido. Referiu ainda que as passadeiras em Barqueiros e junto à Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio foram removidas devido à realização do rali. No caso de Vila Marim, explicou que os moradores solicitaram a colocação de lombas no Lugar da Igreja, mas que a Junta de Freguesia agora alega que os habitantes não as desejam. Sublinhou que a decisão final deverá ser tomada de forma coletiva, envolvendo todos os interessados. Referiu ainda que, em Vila Marim, as equipas de obras e manutenção da Câmara Municipal estão a trabalhar na freguesia, dentro das limitações impostas pelos recursos humanos disponíveis e que a Câmara Municipal não tem capacidade de pessoal e maquinaria para dar resposta simultânea a todos os estragos provocados pelas intempéries. Informou ainda que o alcatroamento na freguesia de Cidadelhe, no Lugar da Sobreira, é da responsabilidade da ADIN a quem irá levar novamente esta questão e que em vários pontos do concelho irão ter início intervenções de pavimentação. Acrescentou que estão já a caminho cerca de 50 toneladas de alcatrão destinadas a esses trabalhos e apelou ainda

à colaboração da população, solicitando que quaisquer buracos ou anomalias detetadas nas vias seja sinalizada através do website institucional da Câmara Municipal, para que depois os fiscais do Município possam ir analisar ao terreno. Disse ainda estar convicto de que o atual Governo nada fará relativamente ao IC26, continuando este concelho a estar excluído, tal como foi nas últimas intempéries, que foi o mais afetado e que registou maiores danos e prejuízos, tendo, ainda assim, ficado de fora dos apoios. Prosseguindo, referiu que o membro Hélder (PPD/PSD) tem vindo a apresentar informações falsas na comunicação social. Referiu que, no dia 1 de abril, a Câmara Municipal dispunha de cerca de quarenta mil euros e que, sempre que existe possibilidade de efetuar pagamentos, os mesmos são realizados de imediato. Acrescentou que foi divulgado na comunicação social que a Câmara Municipal tinha apenas 38 mil euros, esclarecendo, contudo, que, à data da reunião, o saldo de tesouraria ascendia a 1.208.000 euros, dos quais menos de metade correspondem a verbas cativas. Explicou que esta situação está relacionada com os prazos de pagamento a fornecedores, salientando que, caso a Câmara necessite de proceder a alguma aquisição urgente, dispõe de capacidade financeira para o fazer, uma vez que, para além dos referidos 38 mil euros em Tesouraria, existem outras verbas disponíveis, ainda que não se encontrem refletidas nessa rubrica. Referiu ainda que o Governo tem valores significativos em dívida para com a Câmara Municipal. Por fim, afirmou que é dever da Bancada do PPD/PSD atuar com verdade, responsabilidade e rigor. Sobre o concurso público para a admissão de dois técnicos superiores de Desporto, disse nunca ter reunido, nunca ter abordado os membros do júri sobre o assunto e que se sente ofendido com as insinuações que o senhor deputado Hélder Ferreira fez.-----

-----O membro Lisa Martins (PPD/PSD), no uso da palavra, referiu que, relativamente às intempéries, compete ao Senhor Presidente da Câmara Municipal defender junto do Governo os direitos da população, salientando que foi para esse fim que foi eleito. De seguida, questionou a estratégia Local de Habitação. Referiu que o Senhor Presidente afirmou que a aprovação da candidatura ao IHRU ocorreu dois anos após a sua submissão, questionando, contudo, há quanto tempo teve início o PRR. Considerou ainda que Mesão Frio ficou muito aquém das oportunidades proporcionadas pelo PRR e apelou, enquanto município e Deputada, para que a Câmara Municipal altere a sua estratégia nesta matéria, por entender que a atual não é a mais eficaz. Sugeriu ainda o recurso a serviços de consultadoria especializada, referindo que lhe custa ver diariamente outros concelhos a alcançar resultados que Mesão Frio não tem conseguido atingir.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que os Senhores Deputados da Nação da bancada parlamentar do PPD/PSD, bem como os Deputados Municipais da mesma força partidária, poderão igualmente exercer junto do Governo a influência necessária relativamente às diversas matérias em discussão. Acrescentou ainda que tem procurado defender os interesses do concelho no seio da CIM Douro e junto do Governo, diligenciando no sentido de encontrar soluções e assegurar melhores condições para o Município. Relativamente à Estratégia Local de Habitação, esclareceu que a mesma já existia quando assumiu funções, encontrando-se, contudo, sem execução prática. Reconheceu que o documento resultou de um trabalho exigente e meritório desenvolvido pelo anterior Executivo, mas referiu que, aquando da abertura das oportunidades de financiamento no âmbito do PRR, os apoios foram inicialmente canalizados para outros territórios, tendo apenas numa fase posterior, em 2022/2023, surgido novas possibilidades de acesso para municípios como Mesão Frio. Referiu ainda que o atual Executivo procedeu à reformulação integral da Estratégia Local de Habitação, num processo desenvolvido de raiz, sublinhando igualmente que a Câmara Municipal não dispõe atualmente dos meios técnicos necessários em quantidade suficiente para responder a todas as exigências associadas a estes processos.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com respeito à intervenção do membro Igor Ferreira, referiu a possibilidade de vir a ser criado, pela primeira vez, um website institucional da Assembleia Municipal, medida que consta igualmente do projeto de Regimento desta Assembleia Municipal. O objetivo será facilitar a disponibilização e consulta de toda a documentação de suporte aos processos deliberativos, bem como simplificar os procedimentos relativos às convocatórias, ao envio de documentação e à respetiva consulta. Relativamente à realização das sessões da Assembleia Municipal em horário laboral, informou que, em princípio, continuará a designá-las para esse horário. Explicou que começou a adotar o procedimento de realizar as sessões da Assembleia Municipal em horário laboral na sequência da última reunião deste órgão, a qual se prolongou até cerca das 02h00 da madrugada. Porém, ao contrário dos restantes membros, que abandonaram as instalações naquela altura, a Mesa da Assembleia Municipal e a funcionária administrativa apenas regressaram a casa por volta das 04h00 da madrugada, uma vez que foi e é necessário rubricar todas as folhas da documentação submetida ao conhecimento e deliberação da Assembleia. Acrescentou ainda que, na maioria dos restantes municípios, as sessões decorrem igualmente em período diurno, sublinhando que esta decisão não tem como objetivo evitar o confronto de ideias nem limitar a

participação democrática. Concluiu referindo que todos os membros, quando decidiram integrar as respetivas listas e tomaram posse neste órgão, assumiram um conjunto de direitos e deveres, e que o dever de participarem nas sessões ou reuniões sobrepõe-se, salvo raras e justificadas situações, aos deveres profissionais, sublinhando que ninguém pode ser prejudicado, inclusive a nível remuneratório. -----

De seguida, informou os presentes que a apreciação e votação da proposta de Recomendação apresentada pela bancada do PS, se aprovada, poderia inviabilizar a proposta de Recomendação apresentada pela bancada do PPD/PSD, que respeita à alínea b) do ponto 2 da ordem de trabalhos. Esclareceu que esta última proposta respeita à para atribuição do nome de Marco Silva à Biblioteca Municipal. Por sua vez, a bancada do PS relembrou que a atribuição do nome da escritora Graça Pina de Moraes à Biblioteca Municipal já constava do manifesto eleitoral apresentado, propondo, em alternativa, que o nome de Marco Silva fosse atribuído ao Centro Escolar de Mesão Frio. Assim, questionou os presentes se equacionavam a possibilidade de apresentarem uma única proposta de recomendação, que conciliasse as pretensões de ambas as bancadas. Tendo os líderes das respetivas bancadas manifestado com o exposto, quando eram 16h42, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal suspendeu, por cinco minutos, os trabalhos, com o objetivo de permitir às diferentes bancadas a concertação de posições. Retomados os trabalhos, os líderes das bancadas comunicaram que a Recomendação apresentada pelo PS passaria também a ser subscrita pelo PPD/PSD, portanto, seria apresentada pelas duas bancadas, sendo que a alínea b) do ponto 2 da ordem de trabalhos deveria ser retirado.---

-----No seguimento do exposto, posta a votação, foi aprovada por unanimidade a seguinte proposta de Recomendação: -----

“Considerando que: -----

- Ao longo dos vinte anos em que exerceu funções como presidente da Câmara Municipal, entre 1989 e 2009, o Prof. Marco António Peres Teixeira da Silva desenvolveu uma estratégia consistente de valorização da educação nos seus primeiros níveis, assumindo como prioridade a criação de condições que garantissem igualdade de acesso e melhores condições de aprendizagem às crianças do concelho; -----

- Essa atuação traduziu-se num conjunto alargado de medidas estruturais e sociais que reforçaram de forma decisiva o papel da autarquia na educação, nomeadamente no apoio às famílias, na promoção da equidade e na melhoria das condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino; -----

- Entre essas medidas destacam-se o reforço do transporte escolar, a implementação de apoios no âmbito da ação social escolar, incluindo alimentação e material escolar, bem como a melhoria das condições físicas das salas de aula nas freguesias, através de intervenções como a instalação ou reforço de sistemas de aquecimento, fundamentais para garantir condições dignas de permanência e aprendizagem, sobretudo em contexto de interior; -----
- Paralelamente, foi igualmente promovido o reforço de pessoal auxiliar nas escolas, assegurando um funcionamento mais eficaz dos estabelecimentos de ensino e melhores condições de apoio às crianças no seu quotidiano escolar. Estas intervenções demonstram uma preocupação concreta com o bem-estar dos alunos e com a qualidade do ambiente educativo; -----
- Particularmente relevante foi a introdução do programa de férias desportivas para os alunos do 1.º ciclo, iniciativa pioneira entre as autarquias do interior, que demonstrou uma visão inovadora sobre a educação para além do contexto formal da sala de aula; -----
- Esta resposta permitiu às crianças a participação em atividades desportivas, recreativas e de convívio durante os períodos de interrupção letiva, contribuindo para o seu desenvolvimento físico, social e emocional, ao mesmo tempo que, apoiava as famílias na gestão dos seus quotidianos; -----
- Este conjunto de políticas, sustentado pela sua experiência como docente, revela uma compreensão profunda da educação enquanto processo contínuo, que começa muito antes da sala de aula e que depende da criação de condições sociais, económicas e humanas adequadas ao desenvolvimento integral da criança; -----
- Num contexto marcado pela dispersão geográfica e pela perda de população jovem, a sua ação assumiu particular relevância ao afirmar a educação como eixo central da política municipal; -----
- A edificação de respostas educativas mais estruturadas e integradas, que viriam a consolidar-se ao longo do tempo, resulta diretamente desta visão estratégica e deste compromisso com o ensino nos seus níveis mais fundamentais; -----
- A atribuição do seu nome ao Centro Escolar de Mesão Frio não se prende, por isso, com a obra física em si, mas com o percurso de políticas públicas que lhe deram origem e sentido, sendo o reconhecimento de um legado construído com dedicação às gerações mais jovens, que colocou as crianças no centro da ação autárquica e que permanece vivo na memória coletiva do concelho; -----

- É, acima de tudo, um tributo a quem compreendeu que o futuro de um concelho começa nas suas crianças, tornando-se a associação do seu nome a um espaço dedicado ao pré-escolar e ao 1.º ciclo a forma mais justa de perpetuar essa visão e de garantir que a sua memória permanece viva no quotidiano daqueles que mais beneficiaram do seu trabalho: as crianças de Mesão Frio, de ontem, de hoje e de amanhã; -----
A Assembleia Municipal de Mesão Frio, reunida em Sessão Ordinária no dia 17 de abril de 2026, delibera: -----
Recomendar à Câmara Municipal a atribuição do nome Prof. Marco Silva ao Centro Escolar de Mesão Frio.” -----

2. Período ordem do dia:-----

a) Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que, aquando da realização da Assembleia Municipal, os depósitos em caixa ascendiam a 2.916 euros, os depósitos à ordem a 154 mil euros e os fundos efetivos a 464 mil euros. Acrescentou ainda que, em 31 de dezembro do ano transato, a dívida total do Município era de 5 milhões e 868 mil euros, encontrando-se, à data da presente Assembleia Municipal, reduzida para 5 milhões e 635 mil euros. Informou igualmente que reuniu com administradores do Santander, tendo sido esclarecido que o encerramento da agência em Mesão Frio resultou de uma decisão comercial. Referiu ainda que a instituição bancária se mostrou disponível para analisar uma proposta da Câmara Municipal com vista à instalação de uma caixa ATM numa das freguesias do concelho, manifestando o Município disponibilidade para apoiar essa iniciativa. Deu conta ainda de que reuniu com a Associação de Municípios do Vale do Douro – Norte e que os municípios desta associação têm uma grande dívida, de 2014 até 2019, sendo que em maio Mesão Frio terá de pagar essa dívida.-----

-----O membro Tiago Alves (PPD/PSD) questionou o executivo sobre o ponto de situação de vários investimentos e projetos considerados estratégicos para o concelho. Relativamente ao Hotel da Rede e ao Solar da Rede, perguntou se existem desenvolvimentos concretos, nomeadamente quanto à revisão do PDM e à conclusão do plano de pormenor associado ao Solar da Rede. Solicitou igualmente esclarecimentos sobre as reuniões realizadas com a empresa Multiaveiro, questionando que candidaturas e projetos estão efetivamente em causa. Demonstrou ainda preocupação com a ausência

de informação relativamente a diversos investimentos anunciados pelo executivo, designadamente a requalificação das piscinas municipais, do Estádio Municipal e do Polidesportivo, bem como a criação do Corredor Verde e da Incubadora de Empresas. Questionou em que fase se encontram estas intervenções e se os financiamentos anteriormente anunciados se encontram efetivamente aprovados.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, relativamente ao Solar da Rede, o processo se encontra atualmente dependente do impulso da empresa, afirmando que, da parte do Município, todas as diligências necessárias foram já realizadas e que o processo se encontra devidamente encaminhado. Quanto ao Hotel da Rede, explicou que o projeto integra mais de vinte parcelas, sendo necessária a sua unificação numa única parcela para que possam ser emitidos os respetivos pareceres e o processo avance. Acrescentou ainda que a atual CCDR-N não tem colocado obstáculos ao projeto, subsistindo apenas questões relacionadas com o impacto ambiental. No que respeita às reuniões que tem vindo a realizar com a Multiaveiro, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que as mesmas se inserem no acompanhamento regular de todas as candidaturas já submetidas à apreciação da Assembleia Municipal. Referiu ainda que a Multiaveiro assegura o acompanhamento dos processos até ao encerramento das candidaturas, encontrando-se atualmente em curso catorze candidaturas, algumas das quais já se encontram resolvidas. Relativamente às Piscinas Municipais Cobertas, referiu que o aviso de candidatura previa um apoio máximo de 300 mil euros, considerando, por esse motivo, que a candidatura deixou de ser viável. No que respeita à Piscina Municipal Descoberta, informou que a obra se encontra atualmente em fase de concurso e que as zonas fluviais da Rede e do Rio Teixeira serão duas das apostas do Executivo este verão, manifestando igualmente a intenção de retomar a Festa do Emigrante.-----

----- O membro Lisa Martins (PPD/PSD), no uso da palavra, referiu que o documento em análise é longo, mas continua pouco eficaz para fiscalização, porque em pontos essenciais não permite avaliar resultados, nem perceber custos, prazos, metas e decisões. Há muita referência a atividade e pouca informação de execução. São referidas diversas reuniões, mas não se identificam as candidaturas, os valores, o estado, as contrapartidas municipais e o calendário. São referidas várias alterações às Grandes Opções do plano e orçamento 2026, mas não informa o que foi reforçado, o que foi cortado e porquê. Há listagens de manutenção e pequenas intervenções, mas faltam critérios, custos e prioridades. E há eixos estratégicos como a Estratégia Local de Habitação, Cais do Bernardo e eficiência energética, que aparecem sem fase, financiamento e prazos. Por

fim, referiu que, no turismo, o Centro Interpretativo do Barco Rabelo regista 99 visitantes no período, considerando que é um número modesto, que exige estratégia e metas. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que a Informação Escrita não constitui um documento exaustivo, acrescentando que toda a informação adicional considerada necessária e solicitada é e continuará a ser disponibilizada. A título de exemplo, referiu que a Bancada do PPD/PSD solicitou informações relativas ao CLDS-5G Mesão Frio, as quais serão prestadas de forma detalhada.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, sublinhou que, no que respeita à informação disponibilizada, designadamente neste âmbito, entende que a mesma cumpre os requisitos legais e que, caso assim não fosse, ele próprio solicitaria ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a sua complementação. Acrescentou que tal decorre da obrigação do Senhor Presidente, neste caso, de assegurar o cumprimento das disposições legais aplicáveis e a adequada prestação de informação aos membros da Assembleia Municipal.-----

-----O membro Hélder Ferreira (PPD/PSD) questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre se os fundos ainda por receber do Turismo se encontram refletidos na conta de gerência.-----

-----O Senhor Presidente esclareceu que a obra implicou um investimento inicial por parte da Câmara Municipal, sendo o respetivo montante posteriormente reembolsado.---

-----Não havendo mais ninguém inscrito para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, esclareceu que, conforme referido e deliberado no período antes da ordem do dia, as **alíneas b) c) e d) são retiradas da ordem de trabalhos**, pelo que se passará à discussão da alínea e) da ordem de trabalhos. -----

e) 6.ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2026 – Proposta de Aprovação;-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a presente alteração se encontra relacionada com as obras de requalificação do Centro de Saúde de Mesão Frio, bem como com o alojamento temporário destinado a situações de emergência. Informou ainda que será alterado o respetivo formato e nomenclatura, passando o mesmo a revestir a forma de protocolo a celebrar com a CIM Douro.-----

----- O membro Hélder Ferreira (PPD/PSD), no uso da palavra, referiu que estamos perante um orçamento que já ultrapassa os 14,6 milhões de euros, o que, para uma população de cerca de 3.500 habitantes, isto significa que o Município prevê gastar cerca

de 4.170 euros por cada homem, mulher e criança de Mesão Frio, sem que se veja qualquer investimento que se reflita na vida das pessoas. As alterações orçamentais devem ser instrumentos de exceção, porém, aqui, em Mesão Frio, tornaram-se a regra. Chamou a atenção para o facto de se estar a gastar o que não se tem, a informação financeira admite que a despesa corrente paga é superior à receita corrente líquida. Referiu que estamos a hipotecar o Município até 2031 com os transportes da CIM Douro, sem termos liquidez sequer para garantir o equilíbrio do presente. Por fim, questionou se esta 6.ª alteração serve para cobrir algum buraco que não foi previsto e qual é o projeto estruturante que está a ser sacrificado para reforçar estas rubricas de despesa que agora surgem à pressa. -----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal acusou a Bancada Parlamentar do PPD/PSD de proferir e divulgar declarações falsas na imprensa, ao afirmar que a Câmara Municipal apresenta um “buraco” de 1.250.000,00 euros, apelando a que sejam rigorosos e assertivos na informação que divulgam e naquilo que corresponde à verdade. Esclareceu que tal afirmação não corresponde aos dados constantes dos documentos financeiros oficiais do Município. Sublinhou que a Câmara Municipal, como qualquer outra, não apresenta prejuízo nem lucro, mas antes resultados positivos ou negativos, de acordo com as regras da contabilidade pública. Referiu ainda que os resultados líquidos negativos registados ascendem a 48.000,00 euros, valor devidamente refletido na documentação apresentada e acessível para consulta de todos os interessados, acrescentando que o resultado apresentado é equivalente ao registado no ano de 2019.---

-----Não havendo mais ninguém inscrito para intervir, o Presidente da Assembleia pôs à votação o documento em discussão, tendo sido aprovado por maioria com doze votos a favor dos membros do PS e da Mesa, e sete votos contra dos membros do PPD/PSD, tendo estes últimos apresentado a declaração de voto que se anexa à presente ata.-----

f) Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal em 29 de dezembro de 2025, nos termos do n.º 5 artigo 23.º, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026 – Tomar Conhecimento-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal fez referência ao facto de o documento ter sido previa e oportunamente disponibilizado a todos os membros, pelo que se encontravam abertas as inscrições para quem pretendesse intervir na apreciação e discussão do ponto em apreço. Pediu a palavra o membro Hélder Ferreira, tendo referido que os documentos que lhes são apresentados hoje são a prova de que o planeamento

orçamental de dezembro foi uma ficção. Em apenas quatro meses, o Executivo descobriu a necessidade de comprometer cerca de 150 mil euros do orçamento de 2027. Como os nossos vereadores bem assinalaram na Ata n.º 7, verifica-se uma dificuldade persistente em assegurar orçamentos com números realistas. Ao empurrar faturas de materiais e serviços correntes para o próximo ano, o Executivo está a confessar que a tesouraria de 2026 está exaurida. Gerir o presente com o dinheiro do futuro não é estratégia; é, tecnicamente, uma fuga para a frente. O PSD toma conhecimento destes contratos, mas deixa um aviso claro: estaremos vigilantes. O dinheiro do povo de Mesão Frio não serve para amortizar dinâmicas de campanha, nem para alimentar circuitos de proximidade familiar. Exigimos rigor, exigimos distanciamento e, acima de tudo, exigimos respeito pelo futuro deste concelho, que não pode continuar a ser hipotecado desta forma. Não havendo mais ninguém inscrito para intervir foi tomado conhecimento. -----

g) Prestação de Contas do Exercício de 2025, com inclusão do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município de Mesão Frio e Respetiva Avaliação assim como a Aplicação do Resultado Líquido do Exercício - Proposta de Aprovação;-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que foi divulgado pelo PPD/PSD que aquela bancada teria “chumbado” as contas da Câmara Municipal, considerando, contudo, que tal afirmação não corresponde à realidade. Referiu que o PPD/PSD votou desfavoravelmente o documento, o que não significa a rejeição das contas. No que respeita à execução orçamental, informou que a mesma se fixou em 82,3%, não tendo atingido os 85%. O Senhor Presidente salientou ainda o significativo esforço financeiro do Município na área da Educação, referindo que a autarquia suporta atualmente, em Mesão Frio, encargos superiores aos assumidos pelo próprio Estado neste setor, situação que representa um peso considerável nas contas municipais. Acrescentou que, tratando-se de um concelho do interior com recursos limitados, a Câmara Municipal tem a responsabilidade de continuar a assegurar resposta às necessidades da população. Referiu igualmente que o investimento na Educação aumentou significativamente nos últimos anos, verificando-se situação idêntica na área da Ação Social, onde destacou o reforço do investimento em recursos humanos, considerando tratar-se de uma área prioritária, sobretudo no acompanhamento e apoio aos idosos e às crianças do concelho. No setor do património, referiu que, desde o início do mandato, tem vindo a ser desenvolvido um trabalho contínuo de recuperação e valorização do património municipal, reconhecendo, contudo, que ainda existem diversas intervenções por

concretizar. Destacou ainda as áreas dos recursos humanos e da cultura como apostas estratégicas do Executivo Municipal, salientando que a maioria dos trabalhadores foi alvo de reposicionamento remuneratório, medida que representou um impacto financeiro significativo para o Município. Relativamente às áreas da habitação e do turismo, sublinhou o investimento contínuo efetuado pela autarquia, bem como a renovação progressiva do parque de viaturas municipais, informando que se encontra prevista, para breve, a aquisição de mais duas viaturas. Por fim, referiu que o Município tem igualmente realizado investimentos significativos em obras por administração direta, nomeadamente através da aquisição de materiais e maquinaria destinados à execução de trabalhos municipais. Relativamente ao resultado do exercício, o Senhor Presidente esclareceu que o mesmo apresentou um valor negativo de cerca de 400 mil euros, e não de 1 milhão e 300 mil euros, conforme havia sido referido. Informou ainda que o Município arrecadou 521 mil euros em receitas provenientes de impostos, acrescentando que o passivo financeiro registou um aumento de 140 mil euros. No que respeita ao endividamento total, referiu que o mesmo diminuiu, salientando que, à data de 31 de dezembro, o Município dispunha de uma capacidade de endividamento de 1 milhão e 204 mil euros. Acrescentou que, para o ano de 2026, essa capacidade ascende a 1 milhão e 514 mil euros, representando um acréscimo de cerca de 300 mil euros de margem disponível e esclareceu que a dívida global atual da Câmara Municipal está ao nível do ano de 2019. Acresce a este conjunto de fatores o aumento dos subsídios atribuídos, nomeadamente no apoio a diversas instituições do concelho, com especial destaque para os Bombeiros de Mesão Frio, nomeadamente através do apoio no pagamento de combustíveis, cujo custo registou um aumento significativo.-----

-----O membro Hélder Ferreira (PPD/PSD), no uso da palavra, referiu que este documento é a prova de que Mesão Frio está no caminho da rutura. Como os seus vereadores definiram na reunião de 2 de abril, estas contas são o retrato de uma amálgama de despesismo, desperdício e incompetência. Estas contas são o balanço de uma governação de fachada. O PSD votará contra. Afirmou que não serão cúmplices de um documento que oficializa a falência técnica da sustentabilidade de Mesão Frio. A maioria está a gastar o futuro desta terra para tentar manter uma ilusão do presente através de um teatro de lamentações que já não convence ninguém. Apresentaremos uma declaração voto que aqui damos por reproduzida. -----

-----O membro Tiago Alves (PPD/PSD), no uso da palavra, referiu que na Assembleia Municipal de dezembro do ano passado, chamou a atenção para o alerta precoce da DGAL

relativo aos desvios na execução orçamental. Na altura o Senhor Presidente confirmou que a execução da receita tinha ficado aquém do previsto, mas tranquilizou a Assembleia ao afirmar que, no ano de 2025, a execução iria ultrapassar o limite mínimo dos 85%. Porém, a realidade veio a demonstrar que essa previsão não se confirmou. Por fim questionou o Presidente da Câmara como justifica que tenha ocorrido um desvio significativo na execução da receita e ter falhado na sua análise e previsão apresentada nesta Assembleia no dia 29 de dezembro. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para esclarecer que na Assembleia Municipal de Dezembro informou, isso sim, que iria executar fundos em 2026 e que ao executar fundos, a Câmara Municipal iria subir na execução financeira.---

Nesta altura, quando eram 18h50, o Senhor Vereador do PPD/PSD, Mário Sousa Pinto, informou que teria de se ausentar definitivamente da sessão, por motivos pessoais, o que foi aceite como devida justificação por parte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

No uso da palavra, o membro Igor ferreira (PPD/PSD) referiu que estamos hoje a apreciar um documento extenso, tecnicamente complexo e formalmente conforme as contas do município. O que não tem é algo essencial numa democracia local, a clareza. Um cidadão comum, e mesmo muitos deputados municipais ou até membros do executivo, não conseguem perceber, lendo este documento, qual é a real situação financeira do município, qual é o grau de compromisso do futuro orçamento, onde estão os principais riscos financeiros, e qual é a margem de decisão que sobra para os próximos anos. Não existe uma síntese política das contas, um quadro único, simples, comparável, que explique a situação financeira do município. Isto não é transparência. Isto é blindagem política. Um dos aspetos mais preocupantes destas contas prende-se com os compromissos plurianuais. Eles aparecem nos mapas, sim. Mas não são explicados politicamente. Não sabemos, de forma clara que parte do próximo mandato já está financeiramente hipotecada, que decisões de hoje limitam escolhas futuras, e nem qual é a real capacidade de investimento daqui para a frente. Em suma, estas contas cumprem os trâmites da DGAL, nas questões técnicas e de apresentação de mapas, mas falham na transparência. -----

Não havendo mais ninguém inscrito para intervir, o Presidente da Assembleia pôs à votação o documento em discussão, tendo sido aprovado por maioria com doze votos a

favor dos membros do PS e da Mesa, e sete votos contra dos membros do PPD/PSD, tendo estes últimos apresentado a declaração de voto que se anexa à presente ata.-----

h) Informação Semestral sobre a Situação Económica, Financeira e Orçamental - 2.º Semestre de 2025 – Tomar conhecimento; -----

-----O Hélder Ferreira (PPD/PSD), no uso da palavra, referiu que numa recente entrevista, o Sr. Presidente afirmou que a autarquia está bem a nível financeiro e que tem cerca de 600 mil euros de saldo. No entanto, este relatório confessa que 73,4% desse valor (434.986,58 €) são receitas cativas. Há um detalhe importante neste documento que despertou particular atenção, a informação financeira que hoje discutimos aparece validada e submetida, a 26 de março, por uma técnica que supostamente estaria alocada ao projeto CLDS 5G. Questionou se estaremos perante um desvio de funções para suprir a incapacidade da estrutura própria da Câmara, parecendo que se está a usar recursos humanos emprestados por projetos sociais para manter a máquina administrativa a funcionar. -----

Não havendo mais ninguém inscrito para intervir, foi tomado conhecimento. -----

i) Acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos contratos Interadministrativos de delegação de competências relacionadas com a prestação do serviço público de transporte de passageiros na região do Douro.-----

i.1) Reprogramação financeira do Procedimento Concursal do Serviço Público de Transporte de Passageiros da CIM Douro, no que respeita à participação do Município de Mesão Frio - Proposta de aprovação;-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do documento em discussão.-----

O membro Hélder Ferreira (PPD/PSD), no uso da palavra, teceu um conjunto de considerações coincidentes com a declaração de voto anexa, e que aqui se dá por reproduzida. -----

-----Não havendo mais ninguém inscrito para intervir, posto a votação o documento em apreço, foi aprovado por unanimidade, tendo os membros do PPD/PSD, apresentado declaração de voto anexa.-----

i.2) Reprogramação financeira do Procedimento Concursal do Serviço Público de Transporte de Passageiros da CIM Douro, no que respeita à participação do Município de Mesão Frio - Repartição de Encargos e Compromissos Plurianuais nos anos económicos 2026 a 2031 - Proposta de aprovação;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que o presente ponto era conexo com o anterior, sendo que, agora, apenas respeitava à discussão e aprovação da respetiva Repartição de Encargos e Compromissos Plurianuais nos anos económicos 2026 a 2031. E, não havendo ninguém inscrito para intervir, posto a votação o documento em apreço, foi aprovado por unanimidade. -----

j) Atualização do Regimento da Assembleia Municipal – Proposta de aprovação-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal reiterando a informação prestada sobre este assunto no início da sessão, informou que o presente ponto era retirado da ordem de trabalhos, sendo objeto de apreciação na próxima sessão. -----

3. Período aberto ao público.-----

-----Foi apresentado o pedido de intervenção subscrito pelo cidadão Celso Filipe Ribeiro da Fonseca, residente em Vila Marim, que tem por objeto a intervenção sobre a questão do cancelamento do Rali de Mesão Frio e também sobre o procedimento de atendimento ao munícipe que está a ser adotado por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-

-----O cidadão Celso Fonseca afirmou estar a aguardar há um mês por uma reunião com o Senhor Presidente. Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara Municipal se vai fazer o Rali deste ano ou não e se não, qual a justificação para não o fazer.-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que foi prestada resposta ao cidadão Celso Fonseca, informando que, atendendo à natureza do assunto em causa, seria preferível que o mesmo fosse apreciado em sede de Assembleia Municipal.

Acrescentou que existe uma questão que não aceita, designadamente o facto de se reunir anualmente com o Clube Automóvel da Régua para a organização do Rali e de, em cada edição, serem introduzidas alterações que têm provocado um aumento dos custos associados ao evento. A título de exemplo, referiu que o Rali teve inicialmente um custo para o Município de cerca de 6.000 euros, encontrando-se atualmente acima dos 40.000 euros. Salientou, contudo, que nunca esteve nem está contra a realização do Rali, sendo defensor e apoiante da prática desportiva e das várias modalidades. Referiu ainda ter sido alvo de ofensas, através das redes sociais, por parte de pessoas ligadas ao Rali, as quais considerou muito desagradáveis. Mencionou também as dificuldades na contratação de refeições durante o evento, devido ao encerramento de restaurantes locais na altura da realização do Rali. Reiterou que o Município foi um dos primeiros a estabelecer contacto com o Clube Automóvel da Régua para a organização do evento. Acrescentou que, face aos estragos provocados pelas intempéries nas estradas do concelho, não se encontram reunidas as condições de segurança necessárias para a realização da prova e que não

assume essa responsabilidade. Referiu ainda que, há dois anos consecutivos, a FPAK tem vindo a agendar provas nacionais em simultâneo ao Rali de Mesão Frio, o que tem dificultado a participação de pilotos que, de ano para ano, tem estado a decair.-----
-----Nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da ata, sendo, de seguida, encerrada a sessão, pelas dezanove horas e trinta minutos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,

Carlos Manuel Pombo Soares Silva

A 1.ª Secretária da Assembleia Municipal,

Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa

A 2.ª Secretária da Assembleia Municipal,

Andreia Sofia Santos Mota